

Sem padrinhos políticos, 522 cidades carecem de verbas e ações públicas

Sem padrinhos políticos, 522 cidades carecem de verbas e ações públicas

Falta de representatividade atinge municípios onde vivem 13 milhões de pessoas; parlamentares privilegiam, com recursos federais, locais onde ganharam mais votos

ANDRÉ SHALBERS ENVIADO ESPECIAL BREJO DO PIQUI (PP) ITAPURANGA (PSD) CECÍLIA DO LAGO AUGUSTO CONCONI



Em Tamboril do Piauí, asfalto só chegou ao quarteirão da prefeitura; sem verba do orçamento da União

(0,659). A região era base de Heráclito Fortes (DEM), outro derrotado em 2018.

SEM VERBA. Tamboril do Piauí, a 40 quilômetros dali, é outro "deserto". Em 2018, a cidade deu 40,3% de seus votos para Landim. Nos últimos quatro anos, a prefeitura, comandada pelo MDB, não recebeu verba do orçamento secreto - Estado de Ciro Nogueira, o Piauí é um dos mais beneficiados pelo mecanismo que marca a aliança entre o Centro e o governo de Jair Bolsonaro (PL). Em Tamboril, urbanização e saúde são precárias. As ruas asfaltadas se resumem ao quarteirão em torno da prefeitura: poucos metros depois, voltam a predominar poeira e barro. O efeito se repete pelo Brasil (mais informações na pag. A12).

Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da FGV, Jairo Nicolau afirmou que o problema é maior para cidades pequenas. "No Rio, por exemplo, muitos deputados vão ter domicílio na capital. Para mim, particularmente, não importa se o deputado mora no meu bairro, em Copacabana ou na Barra. Mas, para o interior, sobretudo para o tema da alocação dos recursos de emenda, essa é uma preocupação", disse. "Como os políticos buscam ocupar espaços sem representação, isso pode contribuir para minimizar o problema."

O constituinte Miro Teixeira aponta mecanismos para atenuar essa disparidade. "Existem as emendas de bancada. A bancada é do Estado, não de uma região. Se a região está sofrendo por falta de aplicação de recursos, os deputados poderiam resolver com emenda de bancada", declarou.

MÉTODO. Para identificar os "desertos", o Estadão viajou 52 mil quilômetros e consultou três fontes principais de dados: o Tribunal Superior Eleitoral, o IBGE e o Orçamento da União. O cruzamento resultou num banco de dados com 9,2 milhões de e-mails, com detalhes sobre cada um dos municípios brasileiros. Assim, foi possível juntar as informações e calcular o valor per capita das emendas parlamentares recebidas pelas prefeituras. ●

O Brasil tem 522 cidades que foram penalizadas, nos últimos quatro anos, por concentrarem seus votos em candidatos a deputado federal derrotados nas eleições de 2018. Sem padrinhos políticos, essas cidades foram alijadas na distribuição de recursos federais e de políticas públicas. Levantamento do Estadão revela "desertos" de representatividade política, onde vivem 13 milhões de pessoas. Esse fenômeno está espalhado por todas as regiões, inclusive em Estados ricos do Sul e do Sudeste. Deputados e senadores costumam dar mais verbas federais, proporcionalmente, para as cidades onde ganharam mais votos. A Constituição e as leis orçamentárias, porém, exigem que a distribuição siga critérios socioeconômicos, e não eleitorais. Sem um mecanismo para garantir que o dinheiro vá para quem precisa, o Brasil se transforma a cada eleição num país dividido entre ganhadores e perdedores.

"Ou o prefeito ajuda, ou a pessoa morre." Luiz Gomes de Novaes, morador de Brejo do Piauí

No sertão do Piauí, duas horas de carro separam comunidades que estão nos dois extremos do que significa ter um representante no Congresso - e o acesso aos cofres federais que ele pode trazer. De um lado, os três mil moradores de João Costa têm estádio de futebol "padrão Fifa", três postos de saúde, dezenas de ônibus escolares e ambulâncias; uma creche nova; e uma praça recém-inaugurada, com decoração de condomínio fechado. O município, base eleitoral do senador licenciado Ciro Nogueira (PP), atual ministro da Casa Civil, e de sua ex-mulher, a deputada Iracema Portella (PP), é o campeão nacional de verbas do orçamento secreto em relação à população. É como se cada morador tivesse recebido

R\$ 1.710,96 desde 2020. O montante é quase R\$ 200 maior que a segunda colocada (Afonso Cunha, MA).

Enquanto isso, os 38 mil habitantes de Brejo do Piauí têm acesso precário à saúde e à educação. A cidade apostou em um candidato derrotado ao Legislativo e ficou prejudicada no roteiro das verbas. Pacato, o lugar tem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,615 - bem abaixo da média do Piauí, de 0,571.

REGIÕES. Em levantamento inédito ao longo de seis meses, o Estadão confrontou uma série de dados para mostrar "desertos" no País, que, juntos, formam um território mais populoso que o Paraná e equivalente às áreas de Bahia e São Paulo. As maiores concentrações estão no sudoeste do Piauí, na área central de Goiás, no sudoeste da Bahia, no Bico do Papagaio - entre Tocantins, Maranhão e Pará -, e no leste e norte de Mato Grosso. Em média, prefeituras dessas regiões receberam R\$ 14,46 a menos por habitante em 2019 em relação às demais cidades que concentraram os votos em deputados eleitos. Num município de 30 mil habitantes, por exemplo, significaria uma diferença de R\$ 330 mil, valor equivalente a um ônibus escolar rural licitado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Brejo do Piauí deu 35% dos votos para o ex-deputado Paes Landim (PTB), que não se elegeu em 2018. Já na entrada da cidade é possível ver as consequências a via que liga o cen-

DESERTOS POLÍTICOS

No Brasil, 522 municípios concentraram votos em candidatos à Câmara derrotados em 2018 e ficaram com menos verbas

Cidades com mais votos em candidatos derrotados



tro à BR 324 está tomada por buracos. Há ali duas ambulâncias e três carros para transportar levados a outros municípios, em busca de atendimento. O aposentado Luiz Gomes de Novaes disse que tudo é "longe". "Ou o prefeito ajuda, ou a pessoa morre", afirmou. Desde 2019, a prefeitura recebeu R\$ 3,5 milhões em emendas parlamentares, o equivalente a R\$ 925 por morador. O "deserto" de representação do qual Brejo faz parte começa em Barras do Piauí, cidade de 3 mil habitantes na divisa com Tocantins, Bahia e Maranhão, e se estende até Traucira, na zona de influência de Floriano (PI), cidade pólo da região central do Estado. São 17 municípios, que somam 119,4 mil pessoas. O IDH municipal médio na região é de 0,556, aquém da média do Piauí (0,571) e do Brasil

No norte de Mato Grosso, 'deserto' abriga uma área do tamanho da Irlanda

Doze municípios, no Baixo Araguaia, votaram em peso num candidato a deputado que não se elegeu e foram 'esquecidos'

ANDRÉ SHALBERS ENVIADO ESPECIAL BREJO DO PIQUI (PP) ITAPURANGA (PSD) CECÍLIA DO LAGO AUGUSTO CONCONI



Brejo do Piauí: via que liga centro à BR 324 tomada por buracos

Os "desertos" políticos vão além das regiões conhecidas como bolsões de pobreza e se estendem por todos os Estados. Além do Piauí, no norte de Mato Grosso, 12 municípios esquecidos pelo Congresso, na região do Baixo Araguaia, abrigam 123,8 mil brasileiros que moram em uma área do tamanho da Irlanda (69 mil km²). Em 2018, eles votaram em peso num único candidato a deputado, que não se elegeu.

Gaspar Lazzari (PSD) obteve quase metade (46%) de todos os votos nessas 12 cidades. Resultado: as prefeituras ali receberam 18,5% a menos em emendas parlamentares do que a média das cidades de mesmo tamanho, em Mato Grosso. A "punição" se repete por todo o Brasil. Desde 2019, o Congresso pagou menos emendas - sejam individuais, de bancada, de comissão e de relator (o orçamento secreto) - para mu-

nicipios sem representantes. Em conjunto, as prefeituras dessas cidades, em todo o País, receberam R\$ 221,66 por habitante, enquanto outras, de mesmo tamanho, levaram R\$ 432,66 por morador.

BASE. Em Goiás, as cidades do "deserto" se concentram na região central do Estado. Uma delas é Itapuranga, a cinco horas de carro de Brasília. Tradicionalmente, o município é base de políticos tucanos e do PP. Em 2018, os mais votados ali foram os ex-deputados Jean Carlo (PSDB) e Balestra (PP). Juntos, tiveram quase metade dos sufrágios, mas não se elegeram. Para completar, Itapuranga elegeu um prefeito do PT, em 2020, após anos de dirigentes de direita. Diante disso, a prefeitura da cidade, de 25,5 mil

habitantes, recebeu só R\$ 62 mil de orçamento secreto - ou R\$ 2551 por morador, 69% a menos que a média nacional, de R\$ 78,38.

O centro de Itapuranga tem aspecto bem tratado, com ruas sem buracos. Na praça central, crianças brincam sobre a grama recém-apurada. Mesmo assim, há problemas, principalmente na saúde. "Meu neto (bebê) teve uma infecção no pulmão. Tivemos que ir a Palma (cidade de 7 mil habitantes, a 46 minutos de carro) para ele ser atendido direito. Checar o ouvido, garganta, tudo. Foi bem melhor", disse a trabalhadora rural Cleia do Socorro Vieira, de 37 anos. "Se precisar de um rio X com laudo, aqui não tem. O atendimento é péssimo." ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 10 e 12